

PARA UMA HISTÓRIA DOS EFEITOS DAS DROGAS: DOS USOS CERIMONIAIS AOS CONSUMOS MALDITOS

RUI TINOCO

Psicólogo CAT Cedofeita; docente da Universidade Fernando Pessoa

RESUMO

Neste texto, passamos em revista as transformações históricas que o uso de substâncias com efeitos psicotrópicos sofreu ao longo dos tempos. Para isso, chamamos a atenção para um processo de mercantilização e manuseamento químico das substâncias que decorreu nos séculos XVIII e XIX. De seguida, debruçamo-nos sobre as reflexões que diversos escritores experimentadores produziram e que ajudaram a balizar os tipos de experiência de consumo. Por último, fazemos notícia da emergência de comunidades de consumidores com altos índices de deterioração que inauguraram uma experiência trágica das drogas. Tudo isto, para podermos compreender, na sua verdadeira complexidade, a experiência do uso de drogas como descoberta e alienação de si. O dilema antropológico com o qual o actual utilizador de drogas tem que lidar.

PALAVRAS CHAVE

Escritores experimentadores; História do uso de drogas; Estigma.

ABSTRACT

In this work we try to study the historical transformations that the use of drugs had during times. We will speak of the process of commerce and discovery of many chemical substances. Then we will listen to the works of several writers that describe their experiences with some substances. At last, we reference the appearing of communities of drug addicts with high levels of psycho-social deterioration that exemplify the experience with drugs as a tragic one. All this work will help us to understand, in his complexity, the experience of drug use as a

discovery and alienation of the self. The anthropological dilemma that nowadays the drug users have to deal with.

KEY WORDS

User writers; Drug History; Stigma

Pretendemos, neste artigo, saber algo sobre a inscrição metanarrativa do discurso das drogas nas vivências dos sujeitos. Para isso, partiremos da aventura colectiva do uso de substâncias psicoactivas; passaremos pela aventura individual do consumo de drogas como descoberta de si; para terminarmos na aventura individual de perda e alienação do sujeito.

Estamos em crer que o fenómeno de abuso de drogas reflecte o movimento de individualização das práticas e das vivências, registado na civilização ocidental desde as luzes. Simultaneamente, questionamo-nos sobre uma temática pós-moderna (sobre ou baixa modernidade, como lhe quiserem apelidar) de acuidade extrema: a afirmação ou alienação do sujeito, enquanto criador de si.

Alguns dos grandes teóricos do individualismo referem a constituição de espaços de grande afirmação de valores individuais, ao mesmo tempo que os espaços colectivos são cada vez mais objecto de um desinvestimento (chega-se mesmo a falar em não lugares). Lipovetsky (1989), por sua vez, reinventa o signo de Narciso como uma procura incessante de si, em substituição da imagem clássica do sujeito que se observa ao espelho.

São estas as questões que trataremos neste texto. Para isso, teremos de percorrer cinco grandes momentos, a saber: 1. Antecedentes históricos do uso de drogas; 2. Mercantilização e descoberta química; 3. Primeira vaga literária: a construção de imagens; 4. Segunda vaga literária: entre a destruição e a descoberta de si; 5. No terreno: a construção de uma maldição.

O percurso compreende uma reflexão sobre a natureza antropológica do consumo de substâncias psicoactivas e, de forma decorrente, um exercício sobre o próprio conceito de drogas (ponto 1). De seguida, e na continuação do exercício longitudinal que iniciámos no ponto anterior, trataremos de compreender o movimento de mercantilização, de manipulação farmacológica e técnica que as diversas substâncias foram alvo (ponto 2). Nos dois momentos subsequentes, dedicaremos a nossa atenção aos experimentadores literários de diversas substâncias nos séculos XIX e XX. As obras que autores como De Quincey, Baudelaire ou mais recentemente Junger, Huxley e Burroughs escreveram, fornecem as chaves culturais para uma distinção das embriaguezes, ao mesmo tempo que problematizam a diáde que, de algum modo, se arrastou até os nossos dias: a descoberta de si *versus* alienação de si que o uso de drogas pode proporcionar (pontos 3 e 4). Finalmente, no ponto 5, centraremos a nossa atenção na emergência de populações degradadas e

excluídas de heroinómanos que surgiram nas grandes cidades, ao mesmo tempo que se constrói a imagem do uso de drogas como um estigma e como uma destruição de si (autores como Goffman, 1963, e outros poderão, certamente, ajudar-nos neste exercício).

Esperamos, no fim desta caminhada, esmiuçar certos aspectos que permitirão clarificar a área que pretendemos desvendar: o estudo dos modos de inscrição do uso de substâncias psicoactivas na construção individual de si.

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO USO DE DROGAS

Cada autor desta área da investigação dá conta de uma história das drogas que é diferente da anterior, sublinhando a heterogeneidade e complexidade do assunto. Tivemos oportunidade de contactar com diversas construções mnésicas do fenómeno do uso de substâncias psicoactivas, quer a partir de aspectos macropolíticos; quer a partir de aspectos de política interna dos EUA (Becker, 1963); quer privilegiando dimensões legislativas (Poiars, 1999); e de construção sociológica do fenómeno (Vigarello, 1991); ou ainda, realçando dimensões religiosas (Escohotado, 1996).

Recentemente, ao escutarmos uma lição de Gamella (2001), tivemos oportunidade de nos espantarmos com mais uma construção do passado: a noção de disseminação do uso de substâncias em curvas de progressão lenta (p.e. o tabaco) e em curvas rápidas, próximas daquelas que descrevem a emergência de epidemias (p.e. heroína). A diferença destas curvas reflecte-se, inclusive, na dimensão das práticas individuais: no caso das curvas rápidas, a disseminação de uma nova droga faz-se quase instantaneamente - num espaço de um verão a prática de injectar heroína alastrou de forma exponencial num bairro madrileno estudado pela equipa dirigida por Gamella.

A variedade de abordagens, sendo enriquecedora, podia deixar-nos perplexos perante a imensidão dos percursos e itinerários de significados já construídos. Não devemos, porém, perder o objectivo destas anotações: a passagem de vivências colectivas a individuais na experiência do uso e efeito das drogas. Dito isto, apenas mais um reparo antes de nos lançarmos ao exercício a que nos propusemos:

Porém, uma droga não é apenas um certo composto com propriedades farmacológicas determinadas, mas sim algo que pode receber qualidades de outro género.” (Escohotado, 1990, p.19).

A definição de droga, acima descrita, parece-nos suficientemente abrangente para dar conta de uma panóplia de substâncias que ao longo das épocas foram sendo disputadas por outras classificações como a dos alimentos (cafeína), medicamentos (benzodiazepinas), drogas legais (tabaco ou álcool) ou relegados apenas para classificações cuja principal utilização é diversa da sua aplicação no corpo humano como os inalantes, colas e mesmo alguns combustíveis.

As 'ervas', substâncias desordenadoras dos sentidos e dos estados de consciência, são conhecidas nas mais primitivas civilizações e culturas desde tempos imemoriais (Rudgley, 1993). O seu uso era cuidadosamente regulado por diversos códigos culturais que implicavam dimensões iniciáticas (rituais de passagem ao estado de adulto guerreiro p.e.); sazonais e sócio-económicas (consumo restringido a épocas do ano ou a certas classes sociais); religiosas (modo de comunicar com esferas divinas ou de ter o próprio deus em si). Rudgley assinala a associação entre o divino e certas substâncias, a quem eram atribuídas relações especiais com esferas transcendentais - p.e. os Astecas chamavam a um alucinogéneo *teonanacatl*, (o que traduzido à letra quer dizer a carne dos deuses).

O acto antropológico de ter o deus em si, através do uso de substâncias, remonta aos primórdios da evolução humana. Foram descobertos, em grutas habitadas por tribos pré-históricas, perto de objectos ligados a cerimoniais sagrados, vestígios de fumigações de substâncias psicoactivas. Aliás, a memória deste género de actos replica-se ainda no cerimonial cristão de beber o sangue de Cristo sobre a forma de vinho.

Na Antiguidade Clássica, cerimoniais religiosos como os de Delfos ou de Êleusis estavam ligados à ingestão de substâncias com propriedades alucinogéneas. As revelações divinas desta natureza estavam impregnadas de uma ordem transgeracional: Vigarello (1991) associa a experiência alucinogénea a uma participação individual numa verdade ou realidade que se replicava através das gerações.

Curiosamente, vemos que nesses tempos históricos a vivência alucinogénea era um modo do indivíduo se inscrever numa ordem social que o ultrapassava e lhe surgia como um *a priori* que o transcendia. Esta experiência é, como veremos, radicalmente diversa da procura narcísica da viagem, própria de um uso hedonístico e egocêntrico das substâncias, que actualmente se regista.

O álcool foi lentamente adquirindo importância religiosa em detrimento de outras substâncias. Esta lenta ascensão antecede o próprio cristianismo e Rudgley associa-a ao período da revolução agrícola. Já encontramos em Homero, inúmeras referências à substância. Durante a idade média e, concomitantemente com a ascensão do cristianismo, a cultura do sagrado ligada aos alucinogéneos foi relegada para segundo plano. Isto não quis dizer o desaparecimento do seu consumo, antes pelo contrário, mas ele foi sendo, lentamente, associado a práticas de bruxaria ou a conotações satânicas.

O advento de religiões monoteístas, como a cristã ou mesmo o islamismo, implicou sempre uma prescrição de substâncias proibidas e de outras substâncias toleradas. Escotado (1992) chama a nossa atenção precisamente para esse facto. Mais tarde, a época das descobertas trouxe consigo, não só o contacto com outras civilizações e continentes, mas com outro sistema de usos de substâncias e até mesmo com substâncias inteiramente desconhecidas na Europa. No caso português, o contacto com o cânhamo indiano - sob a forma de um preparado denominado bangué - o ópio e o chá foram os casos mais evidentes.

Assim sendo, temos Afonso Albuquerque a sugerir a El Rei D. Manuel a plantação de ópio nos Açores. Garcia da Orta, médico judeu que teve de se refugiar na Índia Portuguesa, elogia as propriedades medicinais da substância, nomeadamente no controle da desintéria e de fraquezas de estômago. O caso do bangué desencadeou alguma reprovação moral, uma vez que lhe era atribuído, como efeito, uma certa desinibição sexual. Era, no entanto, comum o seu uso em diversas zonas do império português (Poaires, 1999).

No caso espanhol, o contacto com o tabaco e com a pasta de coca (Ormazábal, 1999; Escotado, 1992) causou um impacto de estranheza e até de repulsa - ligar a folha de coca a uma prática anticristã foi um dos exemplos desse choque de culturas.

As diversas substâncias que aqui referimos foram descontextualizadas culturalmente com a travessia dos oceanos. Queremos com isto dizer que os códigos religiosos e sociais que as enquadravam nas culturas de origem foram esquecidos. Na Europa, o uso de tabaco, haxixe ou ópio passou a um consumo instrumental e quotidiano. O chá constituiu-se como uma excepção em círculos privilegiados. A cerimónia da sua ingestão foi adoptada pela corte portuguesa e exportada depois para a corte inglesa pela rainha Dona Catarina de Bragança, onde ainda hoje é observada. De qualquer modo, a

descontextualização abriu portas a uma dimensão hedonista e de fruição dos consumos.

Na época renascentista, alguns vultos literários e de outras áreas, voltam a conceptualizar as drogas ao velho modo greco-romano: a noção de *pharmakon* desloca as propriedades morais da substância para o indivíduo que a consome; não há más ou boas substâncias; somente bons e maus usos. Paracelso, famoso médico renascentista, defendia uma máxima semelhante: *sola dosis facit venenum*.

Em suma: desde tempos remotos o uso de substâncias psicoactivas foi prática corrente. Estes usos eram codificados culturalmente e religiosamente. A expansão da civilização ocidental pelo mundo permitiu o contacto e a importação de outras farmacopeias. O uso dessas novas substâncias foi descontextualizada no velho continente, provocando também as primeiras reacções de alarme social (expelir fumo de tabaco pela boca possuía evidentes evocações demoníacas).

De qualquer modo, a generalização do uso hedónico das substâncias foi acontecendo ao longo dos séculos que se lhe seguiram. Paralelamente, a valorização social de estados de consciência alterados foi desaparecendo. Chegamos, pois, a um crucial ponto de viragem que começa no século XVIII e que se estende até ao início do século XX.

2. MERCANTILIZAÇÃO E DESCOBERTA QUÍMICA

Gamella (2001) situa nos séculos XVIII a progressiva massificação das culturas e dos comércios de substâncias psicoactivas - incluindo nelas o álcool. É curioso observar que foi nesse século que se criou a primeira região demarcada de produção de vinho - a do vinho do Porto, por decisão do Marquês de Pombal. A generalização do comércio do tabaco e do ópio também foi sendo alcançada, mediante uma sistematização progressiva das actividades produtivas e de distribuição dos produtos. A leitura de De Quincey e de Baudelaire surpreende, na Inglaterra e na sociedade parisiense oitocentista, uma vulgaridade do comércio de substâncias como o ópio e o haxixe.

O império britânico incentivou o cultivo de ópio na sua colónia da Índia durante todo o século XIX. Também Portugal, principalmente através de Macau, se envolveu nesse lucrativo comércio de exportação, onde a China se

constituía como o principal mercado comprador. Isto, a ponto de o governo de Lisboa se recusar aderir às resoluções das primeiras conferências proibicionistas (Poiares, 1999).

A exportação britânica logrou alcançar, inclusive, o desequilíbrio da balança comercial chinesa. A generalização do consumo de ópio em cachimbo, multiplicou o número de indivíduos com consumos regulares. A população opiómana cresceu e o governo de Pequim começou a preocupar-se com a situação, a ponto de proibir o seu comércio. Esta decisão desencadeou as chamadas guerras do ópio. Sem querer fazer aqui uma exposição demorada sobre esses episódios históricos, podemos dizer que à tentativa de equilíbrio comercial chinês, responderam os ingleses militarmente, a ponto de imporem o comércio de ópio e adquirirem outras benesses pela força das armas.

Eis que uma substância se instala como instrumento de dominação geopolítica. É certamente devido a este novo estatuto que se pode compreender a consequente aproximação diplomática entre Pequim e Washington. Aos americanos do início do século XX, força crescente no mundo e particularmente no Pacífico, interessava enfraquecer o domínio inglês. A proibição gradual do comércio de estupefacientes e particularmente do ópio numa série de conferências internacionais, entre as quais a de Xangai (1909) e a de Genebra (1931), ilustram essa modificação de forças a nível mundial.

Não nos podemos esquecer da vertente de política interna, na explicação da apetência dos EUA para a proibição do consumo das substâncias. Becker (1963) estudou o processo sócio-político que resultou na proibição do haxixe - o célebre *Marijuana Tax Act* de 1937. Reacções xenófobas, ou mais genericamente, de alarme social, estiveram na origem da proibição de diversas substâncias: proibição do álcool, a famosa lei seca, em reacção à comunidade imigrante irlandesa; proibição do haxixe em reacção à comunidade imigrante mexicana; proibição do ópio em reacção à comunidade imigrante chinesa.

A mercantilização das substâncias, a sua comercialização à escala mundial descontextualizou, uma vez mais, os consumos dos seus enquadramentos sócio-culturais de origem. Simultaneamente, erigiu muitas dessas substâncias como armas geopolíticas - Ormazábal (1999) considera a guerra das drogas como modo de pressão americana aos países sul americanos.

Semelhantes movimentos de massificação foram observados com outras substâncias. Os espanhóis, já no século XVI, usaram a folha de coca como um

estimulante da força de trabalho, numa decisão que é de alguma forma estranhamente precursora (Ormazábal, 1999). Actualmente, a venda de anfetaminas e de benzodiazepinas assume contornos semelhantes, a uma escala quase mundial.

OS PRINCÍPIOS QUÍMICOS

Por outro lado, a descoberta dos princípios químicos de substâncias já conhecidas, induz a usos experimentais e sobretudo a novos padrões de consumo (é no século XIX que surge a primeira vaga de toxicodependentes – morfínomanos). Em 1859 descobre-se o princípio activo da cocaína; e no início do século XX a Bayer enceta a comercialização da heroína. Estes usos experimentais tiveram ecos literários que em seguida passaremos em revista. As imagens sociais foram criando, também elas, categorias que permitiram uma distinção das embriaguezes. Vigarello (1991) sublinha o facto que é só nesta altura que se começam a distinguir, na forma escrita, os diversos efeitos. Anteriormente, vários viajantes que entraram em contacto com o ópio ou o cânhamo exprimem os efeitos que sentiram em função da droga mais próxima culturalmente: o álcool.

Apesar do uso do ópio, do haxixe, do éter ou do clorofórmio, a primeira população dependente emerge das guerras franco prussianas da segunda metade de oitocentos. Os serviços assistenciais aos feridos de guerra, ainda em génese, usaram morfina. Esta nova substância é um opiáceo e induziu dependência física a um sem número de combatentes.

Inovações tecnológicas no modo de ingestão das substâncias vieram também alterar a relação com as drogas. A invenção da injeção hipodérmica, permitiu a passagem a formas mais eficazes de ingestão. Forneceu, igualmente, o ensejo à emergência de um novo tipo de consumidores e de formas mais severas de dependência. Inicialmente, a injeção possuía um prestígio social associado ao saber médico. Conhecemos relatos de injeções administradas em festas de alta sociedade (Escohotado, 1992). Só mais tarde, a imagem do uso lúdico ou automedicamentoso da agulha se começou a desvanecer. No caso da cocaína, um movimento semelhante ao ópio se observou: mercantilização da folha de coca, descoberta do seu princípio activo, manipulação química e comercialização da cocaína.

É igualmente interessante reflectir no modo como esta longa história de comercializações e manuseamento químico, influenciou as propostas de classificação das drogas e seus efeitos propostas ao longo do século XX. O exemplo mais marcante é o caso do agrupamento da cocaína e do ópio no grupo dos *inebriantia* na tipologia clássica de Lewin. A prescrição de cocaína, como substituto da heroína, foi comum e o caso mais famoso é o de Freud. Este autor escreveu inclusive um livro sobre a cocaína onde reflecte sobre as propriedades dessa substância (Escohotado, 1992). Só mais tarde, é que se reconheceu à cocaína as suas propriedades estimulantes, no lugar das depressoras – são elas que determinam a sua classificação psicofarmacológica actual.

A verdade, é que a classificação das drogas está profundamente imbuída do uso que delas se faz. Há substâncias domesticadas e substâncias cujo modo de ingestão e o modo como são comercializadas é profundamente disruptivo. No primeiro caso, englobamos o café, o chá e, de certo modo, também a nicotina. Nestes exemplos, as substâncias são ingeridas de um modo que é pouco agressivo para o organismo e em soluções cujos princípios activos se encontram em baixas concentrações. Nos exemplos disruptivos, listamos a heroína e a cocaína, consumidas em doses mais concentradas e de maneiras mais agressivas, que incluem a injeção praticada frequentemente em condições insalubres.

A dificuldade no agrupamento tipológico das substâncias psicoactivas nasce de compararmos medicamentos, com alimentos, com drogas ilegais - uma miríade de relações diversas. Simultaneamente, deparamo-nos com substâncias manuseadas quimicamente, algumas delas já sintéticas, com substâncias naturais. As formas de ingestão são também as mais variadas e contribuem para o aumento das dificuldades.

A PERDA DO SABER DAS ERVAS

Inicialmente, o conhecimento das ervas psicoactivas e o seu uso era mais próximo das populações do que aquele que observamos actualmente. Aliás, a própria relação médico doente tem vindo a alterar-se progressivamente. Em oitocentos, as prescrições eram ainda discutidas entre a família e o especialista. Romaní & Comelles (1991) referem-se a remédio e medicamento. O primeiro, emerge dos saberes familiares e populares; o segundo, resulta já da investigação medicinal. Paulatinamente, o medicamento ganha preponderância, a farmácia substitui-se progressivamente aos saberes tradicionais.

A figura do farmacêutico adquire, aliás, uma proeminência cultural em certas aldeias, catalisando em seu redor os meios intelectuais importantes da zona. A partir da segunda metade do século XX, porém, o advento das indústrias farmacêuticas despoja o próprio técnico da sua tarefa de preparar o medicamento. O poder da produção dos fármacos torna-se cada vez mais distante e impessoal.

É preciso não esquecer que a ilusão de que estes movimentos de controle social e médico-sanitário podem controlar o fenómeno do uso auto-medicamentoso das substâncias, não só é perigosa e contraproducente, como irrealista - apenas tem o dom de alimentar o problema, complexificando-o (Castel & Coppel, 1991). Actualmente, o fenómeno da auto-medicação continua a observar-se, adquirindo cada vez maiores proporções.

Apesar de tudo, o refinamento do controle social foi sendo capaz de mobilizar recursos para a vigilância dos estados de consciência do indivíduo. Os movimentos de despojamento de saberes farmacológicos reiteram momentos de exclusão que tornam o fenómeno das drogas subitamente estranho ao todo social.

É nessa superfície exterior que vão ser codificados os dispositivos médico-sanitário e o jurídico-repressivo, mas entramos já na dimensão proibicionista da política das drogas (retomaremos este assunto já sobre o prisma da actualidade). Ficamos, por ora, com a ideia de que o consumidor de drogas é progressivamente despojado da sua familiaridade com as substâncias, defrontando-se surpreendentemente com o cerne da questão do individualismo contemporâneo, como Fatela (1991, p. 52) refere:

“A toxicod dependência pode ser interpretada antropológicamente como uma tentativa de resolução das tensões e paradoxos ligados ao exercício da liberdade moderna, que é ao mesmo tempo fonte de criação e de alienação para o indivíduo.”

Já anteriormente referimos esta dimensão dupla do individualismo moderno e a conexão íntima que estabelece com o uso de drogas. Até a este momento do texto, definimos uma visão histórica sobre o uso de psicotrpicos. Tal intuito, forneceu-nos o enquadramento sócio-cultural a partir do qual o consumo de drogas vai estabelecer-se nos séculos XIX e XX.

É a essa dimensão individual que dedicaremos a nossa atenção. Além de uma visão introdutória do individualismo moderno ou pós-moderno, debruçar-nos-emos sobre os experimentadores dessas novas substâncias e sobre os legados que nos deixaram, reflectindo sobre as suas vivências e sobre os efeitos experimentados. Foram eles que principiaram por construir as chaves culturais que permitiram destrinçar as várias embriaguezes.

3. PRIMEIRA VAGA LITERÁRIA: A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS

No ocidente, temos vindo a assistir a um movimento de individualização progressiva que tem as suas raízes no final da idade média. Este fenómeno prolonga-se pelo presente, sendo que uma parte da discussão actual é dedicada a saber se o que vivemos está em continuidade histórica ou é um salto qualitativo em relação à modernidade, brindando-nos com uma nova forma de organização sócio-psicológica, por assim dizer.

Na literatura, os reflexos deste movimento remontam ao século XVI, quando Montaigne inaugura um novo género literário imbuído da subjectividade inerente ao individualismo. O ensaio permitiu ao homem, pela primeira vez, realizar uma espécie de auto-retrato literário (Boornstin, 1993). Sem querer fazer uma reflexão histórica sobre este processo, chamaremos a atenção para algumas formas de se viver o sujeito na actualidade.

O sujeito actual cria-se a partir de algo inerente à própria humanidade, através de um esforço de criação sobre si mesmo. Por outras palavras: a individualização não é um dado *a priori* mas antes um processo contínuo de produção de si, de crescimento individual. Simultaneamente, é à vivência do eu que se imputa o fundamento dos valores (Lipovetsky, 1989). Vivemos uma época de personalização, da fundação do individualismo como uma ideologia. Os valores hedónicos são aceites, cultivados tornando-se, de algum modo, expressão de controle social.

Este movimento de individualização é também uma luta contra a destruição do sujeito. Lipovetsky (1989), por seu turno, fala igualmente em desestabilização das identidades sociais e da própria personalidade. Tornar-se agente de si mesmo deve acontecer, apesar de todos os obstáculos, e nunca é uma meta definitivamente alcançada.

É esta diade de construção destruição de si, que está presente nos consumo de drogas desde o século XIX. Fatela (1991) refere precisamente a relação entre toxicodpendência e o cerne da sociedade democrática: a contradição estrutural entre o laço social e a liberdade de cada um.

Liberdade, enquadramento social; consciência de si *versus* alienação eis as questões que muitos dos experimentadores que passaremos em revista nos põem com extrema acuidade. A dimensão autobiográfica de muitos desses escritos só foi possível numa cultura ou sociedade em que o movimento de individualização é já possível. O outro, que é diferente de mim, é uma história diversa: por isso, a sua subjectividade pode ser matéria de interesse de todos.

A curiosidade pelo outro, soma-se aqui ao interesse pelo produto estranho, de algum modo alienígena à nossa cultura que o consumo de drogas passou a simbolizar. As experiências de consumo difundidas por De Quincey, Baudelaire, ou Coleridge forneceram um primeiro enquadramento cultural que permitiu destrinçar os efeitos das substâncias. Contribuiu, igualmente, para tornar a experiência do consumo um lugar comum, uma vivência homogénea que é fundada na individualidade. Note-se ainda que Pachet (1991) situa estes experimentadores no quadro de uma sociedade onde auto-medicação era uma prática comum.

EXPERIMENTADORES OITOCENTISTAS

A auto-medicação está bem presente no caso de De Quincey: o seu envolvimento com o ópio deveu-se a um problema gástrico que foi ultrapassado com o uso dessa substância. Não se esgota, porém, nesta dimensão: relata as vivências individuais, distingue o efeito do ópio em relação ao álcool. Mais: relaciona as agruras que viveu com as suas vivências da infância e adolescência com certos pesadelos vividos na altura da dependência – nomeadamente, um período de indigência que viveu em Londres.

Curiosa, é também a distinção que faz entre uso e abuso da substância. Actualmente, a primeira experiência, por exemplo, com a heroína, é vista como um passo que leva ao início da dependência. Este autor, pelo contrário, refere um período de uso de ópio ao fim de semana e que só complicações de ordem física fizeram com que o uso rotineiro fosse observado - o período de abuso.

A obra é rica em dimensões autobiográficas, possui referências à auto-medicação e à gestão da substância. É constituída igualmente por uma dimensão fantástica de tormentos e horrores inomináveis que facilmente inspiraram interesse no público. Baudelaire chama a atenção para o facto desse sofrimento, combinado com a descrição anterior da vida do autor teria o dom de inspirar simpatia junto dos leitores.

O famoso episódio do aparecimento de um oriental, que ingere uma quantidade irreal de ópio em casa de De Quincey, empresta à substância uma aura de mistério. Esta referência não é, de todo, despropositada, uma vez que o ópio era precisamente importado de regiões asiáticas e que na época (1830), a Inglaterra importava cerca de 20.000 libras ano do produto (Pachet, 1991).

A dimensão mediática da obra de De Quincey foi aproveitada em França por Baudelaire. O seu livro *Paraisos Artificiais* é constituído, em parte, por uma tradução reflexiva, perdoe-se-nos a expressão, da obra *Confissões de um Opiómano Inglês*. A ela soma-se a própria experiência que o autor teve com o haxixe.

Baudelaire fez parte de um grupo parisiense de consumidores de haxixe, juntamente com um grande número de intelectuais ligados à cultura francesa como Alexandre Dumas, Gerard de Nerval ou Alfred Musset. Observamos aqui, um fenómeno idêntico ao que se iria passar com um sem número de substâncias desde então: o seu uso inicial ligado a camadas *up* da sociedade, seguida de uma generalização do seu uso e da perda do seu prestígio social.

A experiência de Baudelaire faz-se, então, com o haxixe, sublinhando a potência dos seus efeitos a curto prazo em relação ao ópio. A dimensão autobiográfica é aqui menor do que em De Quincey; contudo, a vivência pessoal dos efeitos é descrita com pormenor, nomeadamente no que diz respeito à sua alteridade em relação a substâncias já conhecidas do leitor de então.

O paroxismo dos efeitos é sublinhado pelo autor: com o haxixe o génio aumenta, mas a vontade diminui. O consumidor vê-se perante a contradição de ser mais sagaz e astuto, ao mesmo tempo que perde a capacidade de concretizar essas dádivas. Baudelaire contribuiu também para a criação de imagens culturais que especificam a experiência do consumo da cannabis. A partir deste momento, a descrição dos efeitos das substâncias vai-se refinando (Vigarello, 1991). Vários outros escritores, coevos de De Quincey e Baudelaire, descrevem os efeitos de outras substâncias. São conhecidos os casos de

Balzac com o café e de Maupassant com éter (citado em Junger, 1977). O interesse e o sucesso comercial dos relatos destas experiências pessoais foi grande. O desconhecimento da utilização de substâncias estranhas forneceu um elemento adicional que é bem visível em De Quincey e Baudelaire.

Falemos um pouco de Balzac. A sua pequena obra, *Tratado dos excitantes modernos*, versa substâncias que nos são de algum modo mais familiares como a aguardente inventada no reinado de D. Luís XIV; o açúcar; o chá; o café e o tabaco. O autor fornece dados especialmente interessantes sobre o café, uma vez que teve um grande grau de envolvimento com essa substância.

“...escutai o evangelho da vigília e do trabalho intelectual...” (p. 30). Princípiam assim os conselhos de Balzac sobre o modo de usar a cafeína. O autor utilizou deliberadamente gradações cada vez mais fortes de café, como método de rentabilização do seu trabalho e de escrever durante longos períodos. Era nisto secundado por Rossini, que praticava a ingestão de café por períodos concentrados de tempo, de modo a compor as suas óperas.

Os limites do abuso são também delimitados e definidos - impossibilidade gástrica ou máxima dose. Uma vez aqui chegados, a continuação das tomas teria consequências contraproducentes que o autor apenas adivinha (“... a sábia natureza aconselhou-me a que me abstivesse...” - p. 35).

O uso desta substância é encarado, por Balzac, na sua dimensão mais instrumental - como meio estimular o trabalho. O seu modo de ingerir café, de modo a potencializar os seus efeitos, é arrasador e exponenciou o seu trabalho literário em termos de associação de ideias, aumento do raciocínio lógico e das recordações pessoais.

O café tornou-se entretanto uma droga domesticada e esta obra perdeu um pouco da sua aura. A associação entre certas tomas e o possuir um espírito temerário é sublinhada. A auto-medicação e o relato da experiência dos efeitos está, contudo, tão bem documentada como para o caso do haxixe ou do ópio.

Todos estes experimentadores, em conjunto, testemunham mudanças sociais de nomeada, especialmente no que diz respeito à emergência da autobiografia ou de, pelo menos, o privilegiar de dimensões autobiográficas como um tema digno de interesse. Por outro lado, e isto é sobretudo verdadeiro para De Quincey e Baudelaire, as reflexões sobre a experiência com o haxixe e o

ópio balizaram culturalmente um quadro onde a vivência das drogas se iria construir. Logo na origem, a diade alienação de si *versus* conhecimento de si estava presente.

4. SEGUNDA VAGA LITERÁRIA: ENTRE A DESTRUIÇÃO E A DESCOBERTA DE SI

A tradição dos experimentadores não se ficou pelos nomes oitocentistas, antes pelo contrário: o século XX viria a assistir a uma nova vaga de escritores experimentadores. Aliás, desta vez, o movimento extravasou os limites da literatura para própria ciência - Escotado é um exemplo acabado do investigador utilizador de drogas. Tal multiplicidade advém, certamente, de uma generalização dos consumos e do aumento do número de substâncias disponíveis. Em meados do século, o problema do conhecimento alienação de si retoma novo fôlego nas obras de Huxley (1963) ou de Junger (1977).

O nosso país tem um testemunho curioso e trágico de Reinaldo Ferreira, na sua obra *Memórias de um ex-morfinómano*. O autor era jornalista, o célebre Repórter X, que fez vários trabalhos sobre mundos marginalizados e pouco conhecidos do grande público da primeira metade do século XX. O seu contacto com a morfina dá-se no contexto desse interesse profissional. Ferreira envolve-se com a substância, a ponto de ficar dela dependente e ser submetido a um internamento de desintoxicação.

O seu caso possui algumas semelhanças com um heroínómano de hoje: a relutância em abandonar a substância; a experiência de uma lassidão que desencoraja qualquer iniciativa; por fim, um certo triunfalismo num período de abstinência mais longa - o autor julga-se curado para sempre mas estava enganado: viria a falecer meses depois, na sequência de uma *overdose*.

As suas descrições do tratamento, a relação que mantinha com as tomas é outro dos factores a ter em conta. A sua desintoxicação deu-se em regime de internamento com descontinuação progressiva das doses até à paragem. Ferreira descreve a sua ambivalência face à espera ansiosa dessas tomas diárias que cada vez o satisfazem menos - mas que são sempre desejadas.

A obra de Ferreira, e o desenlace trágico do seu autor, são o testemunho de uma destruição e alienação de si que seria recorrente de uma forma ou de outra em muitos outros casos. Burroughs, na sua obra *Junkie* de 1953 evoca a

imagem do consumidor perdido de si mesmo e desinserido socialmente, que se tornaria familiar numa certa franja de heroinómanos – afinal, a sua própria história pessoal. O seu célebre romance *The Naked Lunch* de 1959 retrata precisamente a vivência de um consumidor de opiáceos. A edição portuguesa vem acompanhada de alguns textos de pendor autobiográfico. Neles se descrevem experiências que o autor teve com várias substâncias e variados tipos de tratamento. É de sublinhar, igualmente, o relato da degradação a todos os níveis que Burroughs viveu: passava horas sem nada fazer, esperando a altura das tomas. A vivência do vício de opiáceos é já descrita na sua forma extrema de alienação.

No que diz respeito aos alucinogéneos, as dimensões de descoberta de si foram defendidas por diversos autores, das mais variadas proveniências. Temos antes de tudo, o testemunho místico de Lilly ou do seu amigo Leary. Os autores parecem levar demasiado a sério as suas viagens. Eles entraram em contacto com outras realidades que depois desejaram propagandear. Os seus livros são um pouco a difusão do saber adquirido nas suas viagens, marcadamente conotadas com certas ideologias dos *sixties*.

Huxley (1963), mais comedido, defende as potencialidades do *peyote*¹⁸⁸ como instrumento de auto-conhecimento e de auto-reflexão. Para o autor, a mesalina possui inegáveis vantagens quando comparada com o álcool: não reduz a capacidade de pensar bem; aumenta a acuidade das percepções visuais. As consequências negativas são muito menores e incomparáveis às do álcool, quer em termos de comportamento, quer em termos de sequelas para o dia seguinte.

O autor explorou também dimensões visuais do uso do mescal. Apreciou demoradamente diversos quadros e alonga-se em considerações estéticas numa boa parte do seu trabalho. Descreve também algumas das suas viagens e o modo como elas o puderam modificar. Huxley refere mesmo uma certa mudança existencial consequente à experiência da viagem.

A ideia de que a experiência de mesalina tem o dom de proporcionar sabedoria e sapiência (no sentido de se aprender a viver melhor) é assaz interessante. Certas subculturas da droga vão replicar esta ideia no seio das suas

¹⁸⁸ A mesalina é o princípio activo do peyote ou botão de mescal – utilizamo-os aqui como sinónimos.

ideologias (p. e. a “revelação da pedra” – haxixe - foi uma terminologia adoptada por certas subculturas britânicas). O testemunho de Huxley não foi pacífico e, mesmo nessa altura, diversos experimentadores puseram em causa as suas afirmações, adoptando posturas mais reservadas. No entanto, a mensagem de que a sociedade ocidental desvaloriza estados de consciência alterados ou a defesa que faz de um certo individualismo ético permanecem actuais e dignos de reflexão.

O uso de alucinogéneos, como o de outras drogas, não é já uma vivência colectiva ou a participação numa história imemorial: passa a pertencer à ordem das aventuras internas do sujeito, onde este pode crescer ou conhecer as agruras do esquecimento e da des governação do destino. Apesar disso, uma certa linha destes experimentadores mais contemporâneos perdeu grande margem de manobra em relação aos autores oitocentistas, na medida em que as suas vivências adquiriram um carácter político de crítica e contestação ao *status quo*.

Junger (1977) tem posições mais moderadas, isto apesar da sua vertente de experimentador não ser de modo algum discipienda. Ao longo do seu livro *Drogas, embriaguez e outros temas*, as vertentes autobiográficas estão presentes, simultaneamente com reflexões filosóficas admiráveis. Perdeu-se de algum modo a vontade de defender a excelência da substância ou de realçar a esfera trágica - a abordagem é mais desencantada. Oicamos este excerto:

“A ascese pode ser benéfica e a embriaguez também. Como já dissemos, uma e outra mais não são do que veículos. Quanto a saber, exactamente, quando uma ou outra é boa - é o que não está ao alcance de todos” (p.56).

Podemos notar que Junger apresenta-nos aqui uma renovada versão de *pharmakon*. Os estados de consciência são instrumentos existenciais. Está tudo na mão do homem: é ele que faz o uso. Daqui conseguimos compreender a tentativa do autor em obter a descrição pura das suas experiências com as diversas substâncias. Essas descrições surgem-nos despojadas de condenações morais, pelo contrário: procuram o em si da experiência - uma acção impessoal de cada droga, por assim dizer.

Escohotado (1992) escolheu um título muito feliz para uma das suas obras *Una fenomenología de las drogas*. Aqui, a vertente autobiográfica e experiencial, também está presente, mas muito apoiada por considerações científicas. O

autor vê-se forçado a desmontar uma série de crenças do senso comum que se infiltram no modo como encaramos certas substâncias.

Neste último autor, sentimos uma necessidade que se vinha esboçando em experimentadores que o antecederam: a premência da realização de um discurso não moral sobre as substâncias. Escohotado tenta a realização de um exercício fenomenológico que permitisse voltar a encarar com inocência a acção das substâncias - só a partir daí voltaríamos a escrever sobre elas.

A máxima de Paracelso é de novo actualizada como defesa contra um aparelho ideológico que diaboliza certas substâncias; domestica outras; considera alimentos umas; vê como medicamentos outras. É nesta perplexidade e contradição que o fenómeno das drogas e sua classificação continua a persistir hoje em dia.

5. NO TERRENO: A CONSTRUÇÃO DE UMA MALDIÇÃO

Se anteriormente analisámos a função do uso de substâncias ao longo dos tempos; se anteriormente analisámos a experiência de certas figuras literárias, vamos fazer agora um percurso diferente: ter em conta o tipo de disseminação que o consumo das drogas mais visíveis teve nas sociedades ocidentais.

A comercialização das drogas ilegais acabou por se fixar em espaço urbanos desprivilegiados, contribuindo para a degradação da sua imagem social (Fernandes, 1997). Paralelamente, um sem número de autores críticos tem vindo a desmontar uma certa ideologia das drogas, onde o único actor social que parece em desacordo com o estado das coisas é o próprio toxicodependente. Espinosa (1989) chega até, reactualizando o conceito de delito sem vítima, a pôr em causa a razão de ser da criminalização dos consumidores.

Propomo-nos, mais uma vez, a uma tarefa histórica, tendo em conta a evolução das mais visíveis comunidades de consumidores. Interessa-nos conhecer a emergência do consumo de drogas como estigma (noção de Goffman, 1963) e o que é que essa carga moral negativa, associada ao consumo, pode implicar nos indivíduos utilizadores dessas substâncias. Por motivos de espaço centraremos a nossa atenção nos dois países ibéricos.

Em Portugal e em Espanha observámos um percurso paralelo - isto com algumas décadas de atraso em relação ao mundo ocidental em geral. O facto dos dois países ibéricos estarem submetidos a ditaduras que, de algum modo, os afastavam económica e culturalmente do seu contexto europeu, contribuiu certamente para essa ocorrência.

Em Espanha, o fenómeno do uso de substâncias ilegais em comunidades definidas e visíveis no todo social começou com haxixe, em soldados que serviram em África (nomeadamente em Ceuta e Sara Ocidental), continuou com a heroína e a cocaína, que se foram fixando em zonas marginais das cidades como contexto privilegiado da sua comercialização e consumo (Romani, 1991). O início das actividades dos consumos deu-se também em grupos políticos de oposição ao regime e mesmo em subculturas que se formaram em contextos sócio-económicos menos favoráveis, mas que se constituíram como uma ideologia contracultural não desprezável.

Em Portugal, os primeiros consumos ocorreram em elites culturais e só depois o seu uso foi alastrando para outras franjas sociais. A erosão da dimensão contracultural das comunidades de consumidores também foi observada. Gradualmente, as actividades em torno dos consumos foram sendo reduzidas a dimensões utilitárias. Não se consome para se exprimir uma oposição ou para se descobrir outro através da substância. Usa-se a substância porque aconteceu, por fatalismo, porque uma oportunidade se proporcionou na rede informal do sujeito (note-se que o que dizemos limita-se a grupos de consumidores mais visíveis socialmente).

No caso da heroína, a dimensão do *flash* como uma parte dos efeitos da substância, foi-se lentamente perdendo. Solal (1991) surpreende-se com a ausência desta dimensão na maior parte dos consumidores contemporâneos. A partir de um certo momento, a vertente mais realçada na vivência dos consumos é a do sofrimento e da dor. Esta mudança, embora corresponda a um endurecimento das condições de vida de muitos consumidores, corresponde igualmente a uma mudança na imagem social da substância.

As drogas em geral, e a heroína em particular, instituíram-se como estigma. O conceito foi proposto por Goffman em 1963 referindo-se a uma qualquer atribuição social portadora de desprestígio para o indivíduo que a tem. A situação implica uma série de constrangimentos nas próprias relações interpessoais e, acima de tudo, na percepção que o indivíduo tem de si mesmo.

A heroína é definitivamente, nos dias de hoje, um estigma. É um estigma que provoca reacções negativas nos outros quando é revelado e implica que o heroinómano faça uma gestão cuidadosa do segredo. O consumidor vê-se perante a disjuntiva de redes de suporte social desviantes *versus* normativas – o que não acontece por exemplo com o alcoólico ou o fumador compulsivo de tabaco.

Por outro lado, qualquer indivíduo que encete um consumo continuado deste opiáceo vê-se perante um dilema moral: conhece, em algum grau, a condenação social que envolve a substância; terá de construir alguma racionalização ou conjunto de racionalizações que justifiquem os seus actos – isto é matéria de estudo para a psicologia.

Compreendemos agora o modo como o uso de psicoactivos ilegais se pode inscrever na história do indivíduo. A emergência de grupos de consumidores mais ou menos estáveis possibilitou a estruturação de uma ideologia das drogas que de algum modo homogeneiza essa inscrição.

Existem possibilidades estruturadas de alienação do sujeito: “a ressaca obrigou-me a fazer isso” (chantagear a mãe); “tomei drunfos e os drunfos dão para roubar”. É a partir desta ideologia que muitos consumidores tentam recriar a sua margem de manobra, criando mecanismos que protegem a sua auto-imagem: “trafício mas só vendo a quem quer”; “arrumo carros mas pelo menos não tiro nada a ninguém”.

6. FORMAS DE INSCRIÇÃO NAS HISTÓRIAS DE VIDA

Esquemáticamente, poderemos retomar algumas linhas de força focadas ao longo deste trabalho para finalmente respondermos à interrogação que nos levou a fazer este percurso. Soubemos que o uso de substâncias perturbadoras dos sentidos é uma constante antropológica; e que, os usos de drogas foram enquadrados por funções religiosas e cerimoniais. Detectámos, a partir dos finais do século XVIII, a existência de quatro grandes mudanças: o início da comercialização a grande escala de alguns produtos psicoactivos; a descoberta dos princípios químicos de algumas substâncias e a consequente criação de produtos mais potentes; a emergência de uma visão subjectivada dos efeitos das drogas, de que os testemunhos literários que passámos em revista nos dão conta; por último, observámos a emergência de comunidades de consumidores visíveis socialmente pela sua degradação psicossocial - o

que inaugura uma vivência catastrófica das drogas, ofuscando outras dimensões que necessariamente continuarão a existir.

Actualmente, muitos consumidores acabam por utilizar essa dupla vertente de perigo e fascínio existente em certas drogas com fins instrumentais - essas imagens podem acabar por desculpabilizá-los de comportamentos de outro modo inaceitáveis. Brochu (1994) num artigo com um título esclarecedor - *Ivresse et violence: désinhibition ou excuse?* - põe em relevo essa maior permissividade que acontece, frequentemente, face a um consumidor. Segundo este autor, existe uma complexa interacção entre efeito fisiológico das drogas, a interpretação cognitiva induzida pela intoxicação e as tendências naturais do sujeito (ou os seus traços de personalidade).

Ser-se toxicodependente é aderir a uma série de condutas estigmatizadas. O sujeito instala-se numa deriva existencial em que, muitas vezes, a responsabilidade dos seus comportamentos é atribuída a algo exterior. Eis-nos perante a contradição estrutural com a qual o consumidor lida: pratica o acto de consumo sabendo que esse acto é considerado errado, pelo menos a longo prazo. Ainda assim o faz: o levantamento das racionalizações com que justifica os seus actos é um campo de investigação à espera de ser explorado.

BIBLIOGRAFIA

BALZAC, H.

(1838) Tratado dos excitantes modernos. In Brillat-Savarin (Ed.) *Physiologie do goût*. Edição portuguesa 2000, Lisboa: Guimarães Editores.

BAUDELAIRE, C.

(1860). *Les Paradis Artificiels*. Edição port.: 1971. Lisboa : Estampa.

BECKER, H. S.

(1963). *The Outsiders - Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press of Glencoe, Inc.

BOORNSTIN, D. J.

(1993). *Os Criadores - Uma história dos heróis da imaginação*. Lisboa: Gradiva Editores.

BROCHU, S.

(1994). Ivresse et violence: désinhibition ou escuse? *Déviance et Société*, 18, 4, 431-446.

BURROUGHS, W.

(1953). *Junky*. London Penguin Books, 1977.

BURROUGHS, W.

(1959). *The naked lunch*. (S/d) Lisboa: Livros do Brasil.

CASTEL, R. & Coppel, A.

(1991). Les controles de la toxicomanie. In A. Ehrenberg (Ed.) *Individus sous influence: Drogues, alcools, médicaments psychotropes*. (pp. 237-256). Paris: Editions Esprit.

DE QUINCEY, T

(1821). *Confessions of an English Opium Eater*. Edição portuguesa: 1989. Lisboa: Editorial Contexto.

ESCOHOTADO, A.

(1990). *El libro de los venenos guia de drogas - las licitas y las otras*. Madrid: Omnibus Mondatori.

ESCOHOTADO, A.

(1992). *Para una fenomenologia de las drogas*. Madrid: Mondatori España S.A.

ESCOHOTADO, A.

(1996). *Una historia elemental de las drogas*. Barcelona: Editorial Anagrama.

FATELA, J.

(1991). Drogues et ambivalences de la subjectivité. In A. Ehrenberg (Ed.) *Individus sous influence: Drogues, alcools, médicaments psychotropes* (pp. 49-63). Paris: Édition Esprit.

FERNANDES, L.

(1997). *O Sítio das Drogas*. Lisboa: Editorial Notícias.

FERREIRA, R.

(1985). *Memórias de um ex-morfinómano*. Porto : Via Óptima.

GAMELLA, J.

(2001). Comunicação numa aula de mestrado

GOFFMAN, E.

(1963). *Stigma - Notes on the management of a spoiled identity*. New York: Simon and Schuster.

HUXLEY, A.

(1963). *Doors of perception*. New York: Harper & Row Publishers

JUNGER, E.

(1977). *Drogas, embriaguezes e outros temas*. Lisboa: Editora Arcádia SARL.

LIPOVETSKY, G.

(1989). *A era do vazio - Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio de Água.

ORMAZÁBAL, R. T.

(1999). *Mama coca, coca-cola, cocaína: três pessoas numa droga só*. Lisboa: Editorial Caminho.

PACHET, P.

(1991). Coleridge, De Quincey, Baudelaire: la drogue de l'individu moderne (p. 33-47) In A. Ehrenberg (Ed.) *Individus sous influence - Drogues, médicaments psychotropes*. Paris: Éditions Esprit.

POIARES, C.

(1999). Contribuição para uma análise histórica da droga. *Toxicodependências*, 5, 1, 3-12.

ROMANÍ, O.

(1991). *Drogodependientes: Circuitos informales y procesos de integración social*. Barcelona: IRES-PNSD.

ROMANI, O. & Comelles, J. M.

(1991). Les contradictions liées à l'usage des psychotropes dans les sociétés contemporaines: automédication et dépendance. *Psychotropes*, X, 3, 39-57.

RUDGLEY, R.

(1993). *The Alchemy of Culture - Intoxicants in Society*. London: British Museum Press.

SOLAL J. F.

(1991). Les médicaments psychotropes ou la dépendance confortable. In A. Ehrenberg (Ed.) *Individus sous influence - Drogues, médicaments psychotropes* (pp.205-217). Paris: Éditions Esprit.

VIGARELLO, G.

(1991). La drogue a-t-elle un passé? In A. Ehrenberg (Ed.) *Individus sous influence - Drogues, médicaments psychotropes* (p.85-100). Paris: Éditions Esprit.